



REUNIÃO CONJUNTA

Conselho Político da ACD

Frente Parlamentar sobre o limite dos juros e auditoria da dívida pública

Brasília, 15 de setembro de 2026

REUNIÃO CONJUNTA do Conselho Político da ACD e da Frente Parlamentar sobre o Limite de Juros e Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Popular – Dia 15.09.2026

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA

- Pressão do mercado financeiro nas eleições: disputa entre os maiores partidos pelo ajuste fiscal mais intenso.
- Ataques ao Estado e aos trabalhadores: PEC 38, contrarreforma da Previdência, privatizações e riscos de dolarização.
- Banco Central e PEC 65: ampliação da autonomia do BC e possibilidade de compra de “papéis podres” de bancos sem controle.
- Juros elevados e endividamento: manutenção da Selic em patamar exorbitante, provocando falências, endividamento das famílias e explosão da dívida pública.

2 - PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL “Reforma Administrativa” - PEC 38/2025

- Folheto “Reforma Administrativa ou Desmonte?” – divulgação do novo material de mobilização contra a PEC 38/2025.
- Dívida Pública e juros: contestação da narrativa da grande imprensa que atribui o crescimento da dívida aos gastos sociais, destacando o peso dos juros.
- Mobilização contra a Reforma Administrativa: intensificação da campanha contra a PEC 38/2025 e o PRS nº 8/2025.
- Estratégias de divulgação e mobilização.

REUNIÃO CONJUNTA do Conselho Político da ACD e da Frente Parlamentar

3 - PEC 65/2023 E A TRANSFORMAÇÃO DO BANCO CENTRAL EM INSTITUIÇÃO SEM CONTROLE, COM PODER PARA COMPRAR PAPÉIS PODRES DE BANCOS

- Entrega do novo folheto: membros da ACD realizaram a entrega do material, com apoio das entidades, em todos os gabinetes do Senado.
- Campanha contra a PEC 65/2023: ampliação da mobilização junto aos senadores e senadoras pela rejeição da proposta.
- Mobilização: disponibilização de ferramenta para envio de carta aos senadores com apenas 1 clique.
- Mobilização nas redes: ACD vem produzindo conteúdos semanalmente para barrar a PEC 65.

4 - FRENTE PARLAMENTAR PELO LIMITE DOS JUROS E AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR E CAMPANHA PELO LIMITE DE JUROS (PLP 104/2022)

- Limite legal dos juros: necessidade cada vez mais evidente de estabelecer um limite para os juros no Brasil.
- Debate público: jornalista de grande popularidade questiona o privilégio dos juros e divulga o gráfico da ACD.
- PLP 104/2022: mobilização, com envio de mensagem em 1 clique, para pressionar pela aprovação dos requerimentos e avanço do projeto à CCJ.

REUNIÃO CONJUNTA do Conselho Político da ACD e da Frente Parlamentar

5 - CURSO "O SISTEMA DA DÍVIDA NO BRASIL E A NECESSIDADE DE AUDITORIA INTEGRAL"

- Inscrições até dia 02/10/2026.
- Solicitamos às entidades que divulguem a iniciativa junto às suas bases.
- Pedimos apoio à participação: avaliar a possibilidade de financiar a participação de membros da diretoria, colaboradores(as) e filiados(as).
- Importância da formação: destacamos os depoimentos de ex-alunos sobre a relevância do curso para a compreensão da conjuntura.
- Fortalecimento da atuação: curso contribui para fundamentar e fortalecer a atuação sindical e social.
- Informações e inscrições: apresentação e detalhes disponíveis no site da ACD.

6 - ELEIÇÕES 2026

- Carta-Aberta Eleições 2026: iniciativa elaborada pela ACD no âmbito do Conselho Político.
- Envio simplificado: qualquer pessoa pode encaminhar a carta, com apenas 1 clique, a todos os partidos políticos e respectivos candidatos(as).

7 - CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA

- Nova Reforma da Previdência: ex-presidente do Banco Central articula propostas para uma nova reforma previdenciária.

REUNIÃO CONJUNTA do Conselho Político da ACD e da Frente Parlamentar

- Aposentadoria aos 78 anos: Banco Mundial defende aumento extremo da idade para aposentadoria, apontado como mais um ataque aos direitos do povo brasileiro.

8 - LUTA PELA EXTINÇÃO DO CONFISCO PREVIDENCIÁRIO SOBRE OS PROVENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

- Fim do confisco previdenciário: necessidade de acabar com o confisco sobre aposentados do setor público, pauta defendida pela ACD há vários anos.
- Mobilização nacional: trabalho da ACD ganha destaque no Encontro Nacional contra o confisco previdenciário incidente sobre servidores.

9 - NÚCLEOS DA ACD

- Informes dos Núcleos: atualização dos encaminhamentos e propostas definidos na reunião de 01/09/2026.
- Entrega de Relatórios das dívidas estaduais de SP, MG e RJ aos candidatos a governos estaduais.

10 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA A ACD

- Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145 ou <https://auditoriacidada.org.br/doacao/>.
- Entidades podem solicitar à ACD para apresentar carta solicitando doação mensal.

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA

A CONJUNTURA EXIGE MOBILIZAÇÃO NACIONAL, DIANTE DO AVANÇO DOS PRIVILÉGIOS DO SISTEMA DA DÍVIDA E DOS ATAQUES AO ESTADO E À CLASSE TRABALHADORA

Pressão do mercado financeiro sobre as eleições; ataques à estrutura do Estado, aos direitos sociais e à soberania nacional, por exemplo:

- Disputa entre os maiores partidos pelo ajuste fiscal mais intenso, enquanto avançam propostas que atacam a estrutura do Estado, como a PEC 38/2025, e ameaças de contrarreforma da Previdência;
- Riscos à soberania nacional, com possibilidade de dolarização do país (Resolução BC 575/2026), privatizações (Correios, BB e Petrobras) e ampliação dos poderes do Banco Central por meio da PEC 65/2023;
- Juros exorbitantes: manutenção da Selic em patamar elevado, agravando o endividamento das famílias, provocando falências e contribuindo para a explosão da dívida pública.

É HORA DE INTENSIFICAR A MOBILIZAÇÃO SOCIAL.

Disputa entre os maiores partidos pelo ajuste fiscal mais intenso

FOLHA DE S. PAULO 105



banco master escala 6x1 dólar, bolsa e empresas investimentos

especial: R\$1,90 no 1º mês

OPINIÃO • SERGIO VALE

O inadiável, mas inalcançável, ajuste fiscal



Montagem com fotos de Luiz Inácio Lula da Silva, Flávio Bolsonaro, Ronaldo Caiado, Romeu Zema, Renan Santos e Augusto Cury, candidatos à Presidência da República em 2026 - Montagem sobre fotos Folhapress, AFP, Reuters e Divulgação

ESTADÃO 

ELEIÇÕES

TECMUNDO

E-INVESTIDOR

PULSA

PALADAR

JORNAL DO CARRO

DESCUBRA

ASSINE



 e | investidor

Notícia • Estadão / E-Investidor / [Cenários e Mercado](#)

Mercado cobra dos presidenciais planos mais claros para conter gastos e dívida

Pressão do mercado financeiro sobre as eleições



**Grande imprensa cita “dívida pública”
para alegar que novo governo terá
que cortar gastos e fazer mais
“reforma” da Previdência**



**Grande imprensa se equivoca em
culpar gastos sociais pelo
crescimento da dívida pública,
que explode devido aos juros**



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/grande-imprensa-cita-divida-publica-para-alegar-que-novo-governo-tera-que-cortar-gastos-e-fazer-mais-reforma-da-previdencia/>

BANCO CENTRAL MANTÉM A SELIC EM PATAMAR EXORBITANTE

A tímida redução de 0,25 ponto percentual não altera o cenário de juros excessivamente elevados.

TAXA SELIC

SELIC ainda em patamar abusivo:

Quem ganha com juros tão altos?



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/selic-ainda-em-patamar-abusivo-quem-ganha-com-juros-tao-altos/>

ECONOMIA

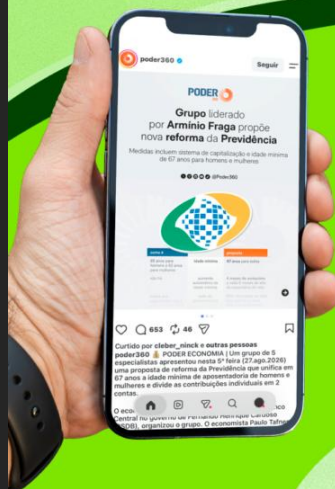
Juros elevados lideram motivos de desistência na compra de imóveis no Brasil



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/juros-elevados-lideram-motivos-de-desistencia-na-compra-de-imoveis-no-brasil/>

Avançam propostas que atacam a estrutura do Estado, como a PEC 38/2025, e ameaças de contrarreforma da Previdência

Ex-presidente do BC articula nova Reforma da Previdência



Proposta que circula nos bastidores dos poderes iguala idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ex-presidente-do-bc-articula-nova-reforma-da-previdencia/>

Como a Reforma Administrativa afeta o Estado brasileiro

Live - Trabalhadores do Brasil com Paulo Lindesay, integrante da coordenação da ACD Núcleo RJ



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/coordenador-do-nucleo-rj-da-acd-explica-como-a-reforma-administrativa-afeta-o-estado-brasileiro/>

Riscos à soberania nacional, com possibilidade de dolarização do país (Resolução BC 575/2026)



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/economista-que-atua-no-mercado-financeiro-reconhece-riscos-da-pec-65-em-coluna-no-valor/>



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/presidente-da-ctb-cita-mobilizacao-da-acd-e-faz-grave-denuncia-contr-a-pec-65-2023-do-papel-podre/>

BRASIL CONTINUA ENTRE OS PAÍSES COM AS MAIORES TAXAS DE JUROS REAIS DO MUNDO

- Juros exorbitantes: manutenção da Selic em patamar extremamente elevado, agravando o endividamento das famílias e empresas, restringindo investimentos e empregos e contribuindo para a explosão da dívida pública;
- Impacto no desenvolvimento: juros elevados encarecem o crédito, desestimulam investimentos produtivos e comprometem o desenvolvimento socioeconômico do país;
- Prioridade ao Sistema da Dívida: enquanto faltam recursos para políticas públicas e direitos sociais, trilhões de reais são destinados ao pagamento de juros da dívida pública;
- Concentração de renda: a política monetária baseada em juros excessivos aprofunda o Sistema da Dívida e favorece a transferência de renda e riqueza os rentistas.

BANCO CENTRAL: PRINCIPAL RESPONSÁVEL

Taxa básica de juros Selic se encontra em 14% a.a.

DE QUE ADIANTA CORTAR GASTOS SOCIAIS SE O ROMBO ESTÁ NOS JUROS?

**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA**

R\$ 68,9 BILHÕES

A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-8.9	-0.07	9.7	0.07
Redução de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	-68.9	-0.52	-63.3	-0.48
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	-23.0	-0.17	-22.6	-0.17

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e aumento de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

**O Brasil pratica a taxa básica
de juros reais mais elevada
do mundo:**

Zona do Euro... - **0,63% a.a.**

EUA **0,34% a.a.**

Japão — **0,88% a.a.**

BRASIL **9,38% a.a.**

Fonte: <https://clubedospoupadores.com/ranking-juros-reais>

DECISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CONFIRMA ALERTA DA ACD POR DISPUTA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Decisão do Executivo confirma
alerta da ACD sobre disputa por
recursos do orçamento federal



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

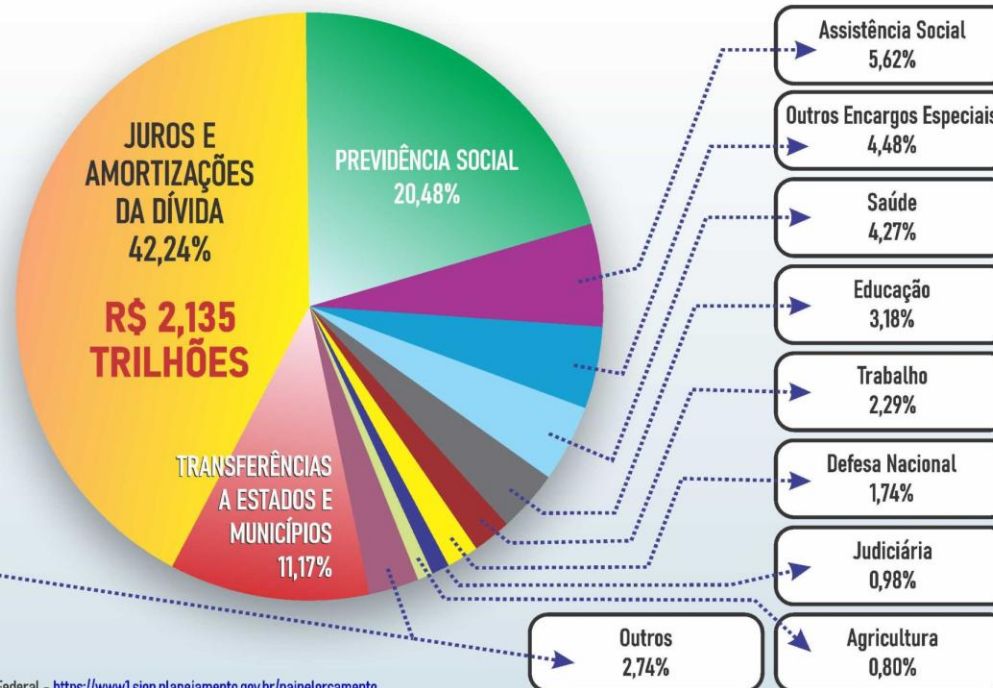
- Cortes no Novo PAC: Ministério da Fazenda remaneja R\$ 32,4 milhões do Ministério das Cidades para o Banco Central, reduzindo recursos para investimentos essenciais;
- Disputa por recursos: enquanto áreas sociais sofrem estrangulamento orçamentário, o gasto com a Dívida Pública permanece sem limite ou controle;
- ACD alerta e mobiliza: a situação confirma alerta feito durante a tramitação do Arcabouço Fiscal e reforça a luta pela auditoria da dívida e pela Campanha É Hora de Virar o Jogo.

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/decisao-do-ministerio-da-fazenda-confirma-alerta-da-acd-por-disputa-de-recursos-orcamentarios/>

POR TRÁS DO ARCABOUÇO FISCAL, DAS CONTRARREFORMAS E DOS JUROS: O SISTEMA DA DÍVIDA

Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R\$ 5,054 TRILHÕES

OUTROS	PERCENTUAL
Administração	0,5802
Gestão Ambiental	0,3977
Ciência e Tecnologia	0,3697
Segurança Pública	0,2857
Transporte	0,2552
Essencial à Justiça	0,2058
Legislativa	0,1931
Relações Exteriores	0,0919
Organização Agrária	0,0834
Comunicações	0,0486
Cultura	0,0461
Indústria	0,0442
Urbanismo	0,0374
Comércio e Serviços	0,0315
Direitos da Cidadania	0,0274
Energia	0,0230
Desporto e Lazer	0,0103
Habitação	0,0084
Saneamento	0,0047
TOTAL	2,7443



FONTE: Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siof.planejamento.gov.br/painelorcamento>

ELABORAÇÃO: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 14/1/2026. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em 3 partes: "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta principalmente pelo cumprimento de sentenças judiciais e concessão de financiamentos).

NOTA: O total inicialmente previsto no Orçamento Federal 2025 para as "emendas parlamentares" foi de R\$ 50,4 bilhões. Esse montante inclui emendas de bancada estadual, emendas de comissão e emendas individuais (dentre as quais as "Emendas Pix", no valor de R\$ 6,9 bilhões, que representaram 0,14% do orçamento federal pago em 2025). Os valores efetivamente empregados (pagos) em 2025 de todas as emendas parlamentares somaram R\$ 31,5 bilhões (0,62% do orçamento pago). Veja o artigo "O privilégio do Sistema da Dívida no orçamento federal pago em 2025 e o Raio X das Emendas Parlamentares".

O ARCABOUÇO FISCAL IMPEDE A UTILIZAÇÃO DE TRILHÕES DE REAIS QUE ESTÃO NO CAIXA DO GOVERNO

➤ Chegamos a **mais de R\$ 5 TRILHÕES** em caixa em 31/7/2026:

- **R\$ 1,951 TRILHÕES** na Conta Única do Tesouro Nacional
- **R\$ 1,482 TRILHÃO** no caixa do Banco Central
(Operações Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados – “Bolsa Banqueiro”)
- **R\$ 1,883 TRILHÃO** em Reservas Internacionais

Tudo reservado para o Sistema da Dívida

Fonte: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202602_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx
(Tabela 4, Linhas 44, 50 e 52), e Serie Temporal do BCB nº 13.621

PEC 38/2025 REFORMA ADMINISTRATIVA OU DESMONTE?

Reforma Administrativa ou Desmonte?

Como o Banco Mundial e o BID interferem para o desmonte dos serviços sociais

Uma nova proposta de "Reforma Administrativa" está sendo apresentada à sociedade de forma extremamente atraente e sedutora, por meio de intensa propaganda de "modernização" do Estado brasileiro, eficiência na prestação de serviços públicos e economia de recursos. Todas as pessoas querem isso, mas será que essa proposta representa isso mesmo? **Você precisa conhecer, porque essa proposta interfere em sua vida!**

A medida foi formalizada na Câmara dos Deputados como **Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 38/2025 e 2 projetos de lei** e pretende fazer uma profunda modificação na Constituição Federal do Brasil. Caso aprovada, essa proposta representará um prejuízo incalculável à população, pois irá DEMOLIR a estrutura do Estado que presta **serviços de saúde, educação, previdência, assistência e demais, os quais correm o risco de serem privatizados ou até desaparecer.**

E o que está por trás desse desmonte da estrutura do Estado? Entregar mais recursos ainda para o pagamento de juros e amortizações da chamada dívida pública, que já consome mais de 40% do orçamento federal anualmente, como mostra o gráfico abaixo, referente ao ano de 2025, por exemplo.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R\$ 5,054 TRILHÕES



FONTE: Plano do Orçamento Federal - <https://www.sisplanorçamento.gov.br/sisplanorçamento>

ELABORAÇÃO: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulto em 14/12/2024. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Gráfico por função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em 3 partes: "Juros e Amortizações da Dívida" (DND 2 e 4); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 093).

e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composto principalmente pelo pagamento de servidores judiciais e concursos de Terciarização).

NOTA: O total inicialmente previsto no Orçamento Federal 2025 para os "serviços parlamentares" foi de R\$ 58,4 bilhões. Esse montante inclui emendas de bancada estadual, emendas de comissão e emendas individuais (dentro e fora do "Tíquete Pivô", no valor de R\$ 4,9 bilhões, que representam 8,36% do orçamento federal pago em 2025). Os valores efetivamente empregados (pagos) em 2025 de todos os emendas parlamentares somaram R\$ 35,3 bilhões (60,2% do orçamento pago). Veja a artigo "O privilégio do Sistema da Dívida no orçamento federal pago em 2025 e o Risco X dos Emendas Parlamentares".

Essa dívida não tem servido para financiar investimentos no país, como já **comprovado pelo Tribunal de Contas da União**, funcionando como o que denominamos **Sistema da Dívida**.

A proposta de "Reforma Administrativa" privilegia o Sistema da Dívida também no âmbito dos Estados, Municípios e Distrito Federal, na medida em que limita o crescimento das despesas com

RISCO DE VOTAÇÃO LOGO APÓS AS ELEIÇÕES

- A Auditoria Cidadã da Dívida segue ampliando a mobilização nacional contra a PEC 38/2025.
- Folheto "Reforma Administrativa ou Desmonte?"
- Produção de artigos e entrevistas.
- Divulgação da ferramenta de envio de cartas com apenas 1 clique.

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/folheto-reforma-administrativa-ou-desmonte/>

Campanhas “É hora de virar o jogo” , “Pelo Limite dos juros no Brasil” e “Campanha Nacional por Direitos Sociais” impulsionam a divulgação das lutas sociais



<https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>



<https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>

LIMITE
DOS JUROS JÁ!
ATÉ 12% AO ANO
(ou o dobro da Selic, o que for menor)

<https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/>



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

A dívida pública deveria estar financiando investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

“SISTEMA DA DÍVIDA”

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/o-que-e-o-sistema-da-divida/>

- Contínua subtração de recursos públicos;
- Ausência de contrapartida em investimentos, como declarou o Tribunal de Contas da União TCU <https://bit.ly/2NTPIJo>
- Dívida alta tem justificado teto de gastos, arcabouço fiscal, contrarreformas, privatizações, juros altos (!).
- **Ver vídeo 17** <https://bit.ly/2YE5R2S>

TCU CONFIRMOU QUE A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL NÃO TEM CONTRAPARTIDA EM INVESTIMENTOS

Destinação de recursos para investimentos



VIA ORÇAMENTO

- No período de 2000 até 2017, nenhuma despesa orçamentária do OFSS classificadas no GND 4 – Investimentos foi custeada com recursos das fontes 43 ou 44 (fonte emissão de títulos)

VIA BNDES

Países	Valor Liberado Até Agosto/2017
Brasil	449.925.787.081,14
Argentina	1.212.460.250,20
Angola	1.006.233.901,59
Estados Unidos	654.378.246,44
Venezuela	236.143.356,22
Chile	230.233.940,40
República Dominicana	201.679.496,00
Canadá	56.887.934,21
Equador	40.945.584,10
Uruguai	5.648.435,33
Cuba	2.538.069,09
Peru	75.472,99
México	398.327,29
Índia	265.374,00
Diversos Países	2.307.319.588,72
Total	455.881.695.057,72

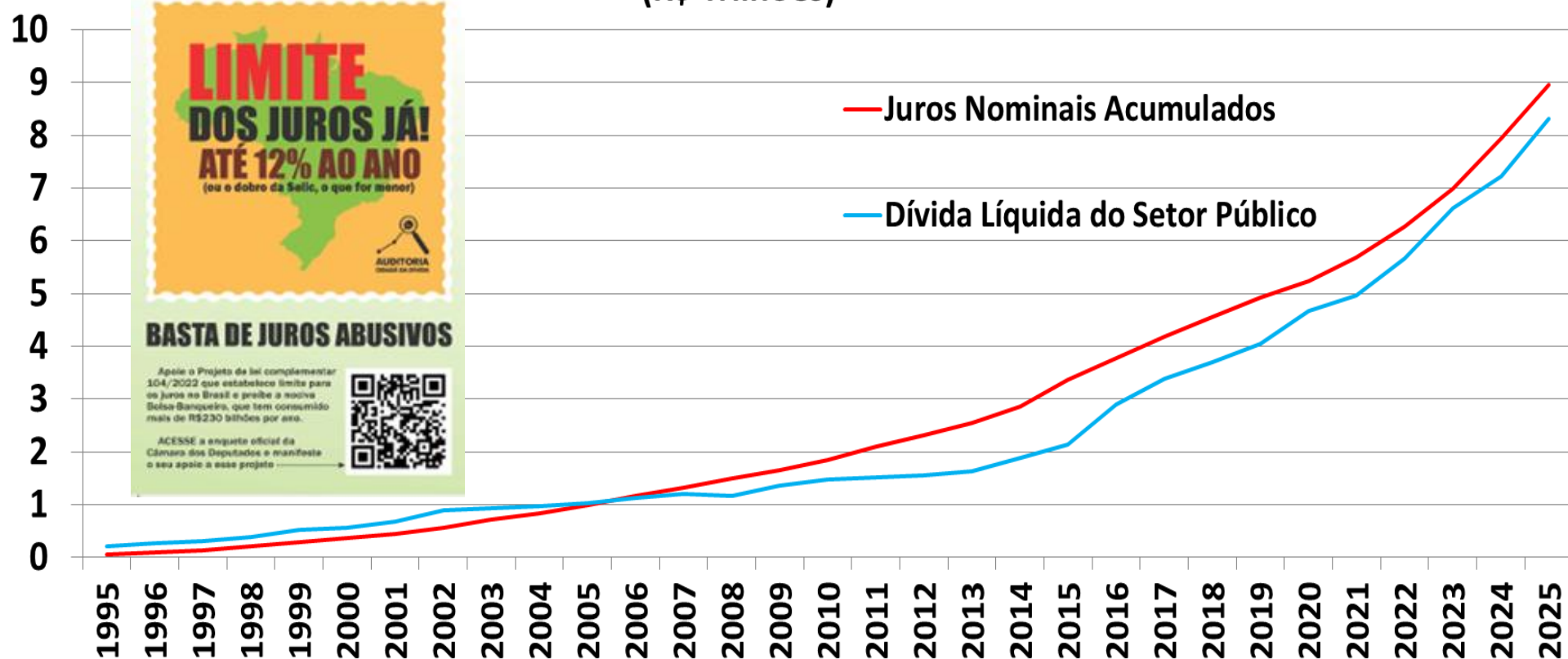


Tela apresentada pelo TCU ao Senado em audiência pública da CAE realizada em 25/06/2019
<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

JUROS ALTOS SÃO O PRINCIPAL FATOR RESPONSÁVEL PELO CRESCIMENTO EXPONENCIAL DA DÍVIDA PÚBLICA

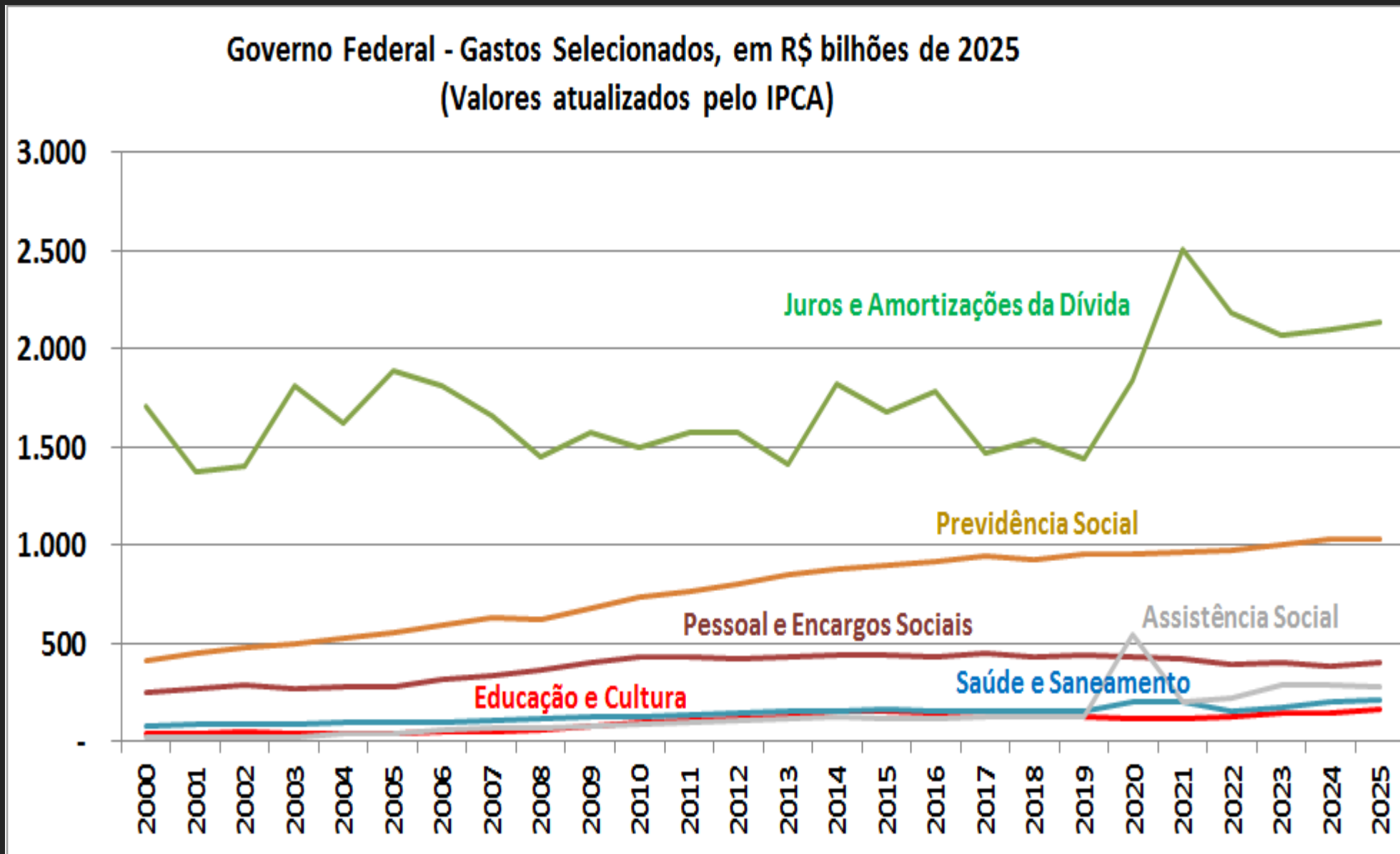
Relevância dos Juros no Estoque da Dívida Líquida do Setor Público
(R\$ Trilhões)



Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em:

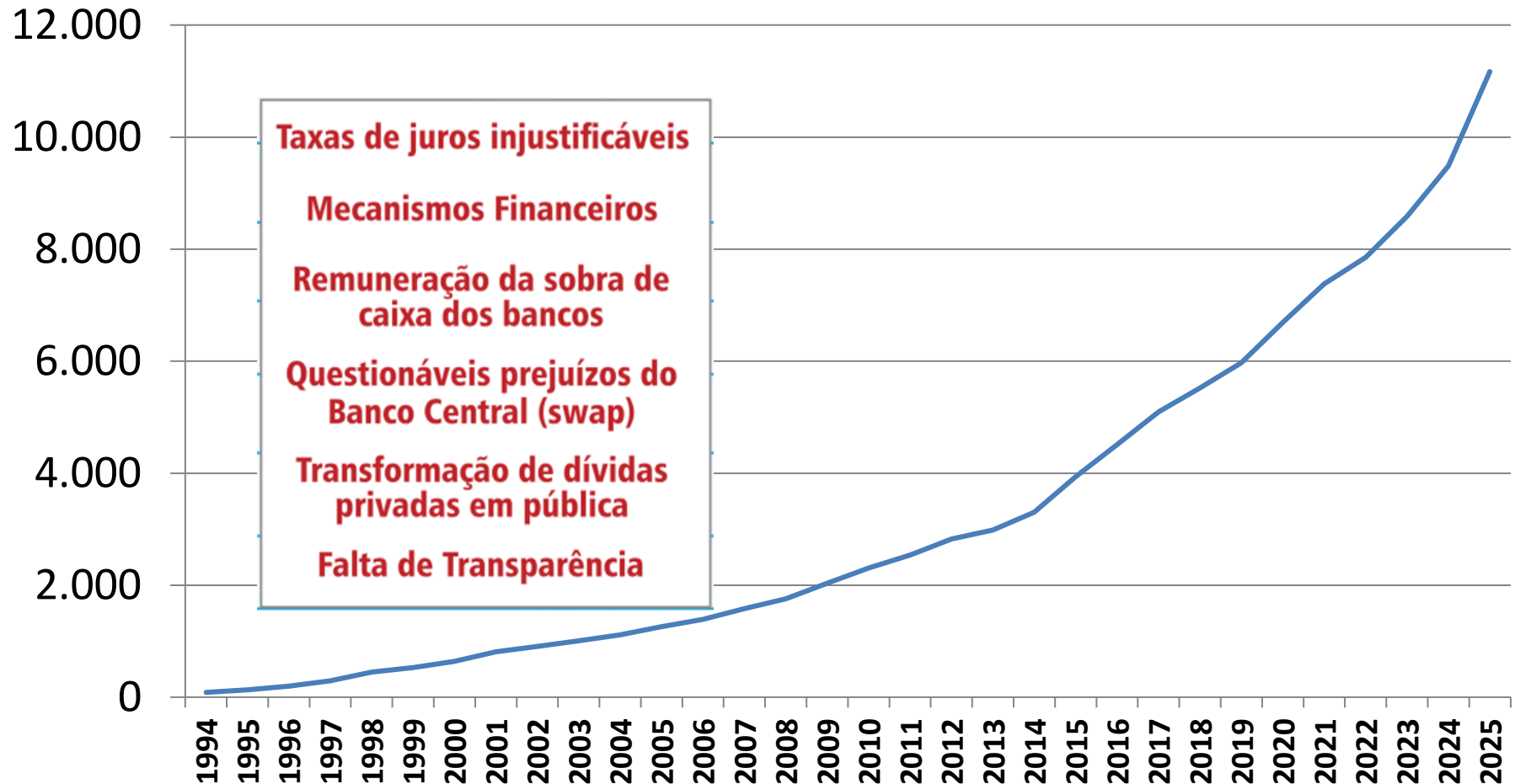
<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

ONDE ESTÁ O VERDADEIRO ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ???



A EXPLOÇÃO DA DÍVIDA INTERNA

Dívida Interna Federal (R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central - Nota para a Imprensa - Política Fiscal - Quadro "Títulos Públicos Federais" e Relatório Mensal da Dívida do STN (Anexo 2.1)

A ELEVADA DÍVIDA PÚBLICA TEM SIDO UTILIZADA COMO JUSTIFICATIVA PARA:

- Destinar a maior parcela do orçamento ao pagamento de juros e demais gastos com o Sistema da Dívida;
- Impor sucessivas contrarreformas, como as reformas da Previdência e a PEC 38/2025 ("Reforma Administrativa");
- Restringir investimentos sociais por meio do teto de gastos (EC 95/2016) e do Arcabouço Fiscal (LC 200/2023);
- Limitar recursos para saúde, educação, assistência social, meio ambiente e demais políticas públicas;
- Privatizar patrimônio público estratégico e reduzir a atuação do Estado.

Tudo isso para sustentar uma dívida pública sem contrapartida comprovada em investimentos para o país

Atuação de Mecanismos fraudulentos

A chamada “securitização de créditos públicos” tem se tornado um modelo de negócios, mediante o qual o mercado se apodera de recursos públicos antes mesmo que tais recursos alcancem os cofres públicos. Os recursos públicos são desviados durante o seu percurso pela rede bancária, tal como acontece em um empréstimo consignado, e não são sequer contabilizados no orçamento público.

- TRIBUTOS (CPSEC S/A, PBH ATIVOS S/A)
- ROYALTIES (RioPrevidência <https://bit.ly/3u0H08u>)
- RECEITAS COMERCIAIS (Nióbio em MG <https://bit.ly/3tbVh35>)



<https://auditoriacidade.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

ELEIÇÕES 2026

A Carta-Aberta Eleições 2026 já pode ser enviada por qualquer pessoa, com 1 clique



**Envie a Carta-Aberta
Eleições 2026 aos Partidos
Políticos com um clique**



A ACD já fez o envio a todos os partidos políticos.

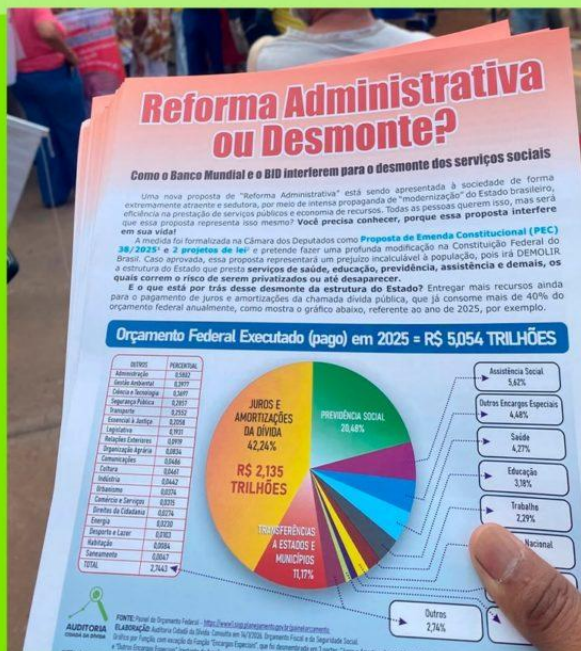
<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/envie-a-carta-aberta-eleicoes-2026-aos-partidos-politicos/>

**2 - PROPOSTA DE EMENDA
CONSTITUCIONAL (PEC)
38/2025 - “Reforma
Administrativa”**

ACD preparou folheto novo sobre a "Reforma Administrativa"

07/09:

Em Brasília, com 'mobilização própria', ACD participa do **Grito dos Excluídos**



- Novo folheto: importante instrumento de luta, vem sendo amplamente divulgado em diversos espaços e estados do país;
- Interesses externos: material evidencia a influência do Banco Mundial e do BID, organismos internacionais, na formulação da proposta de Reforma Administrativa;
- Desmonte do Estado: folheto alerta que a chamada Reforma Administrativa representa, na prática, um verdadeiro desmonte dos serviços públicos e dos direitos da população.

É fundamental ampliar a divulgação desse material em todo o país

ACD celebra 68 anos da CSPB



**Evento comemorativo
reuniu sociedade civil
organizada e autoridades
no Congresso Nacional**



- Com 1 clique pressione autoridades brasileiras dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário a rejeitarem a PEC 38/2025:

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/com-1-clique-pressione-autoridades-brasileiras-dos-poderes-legislativo-executivo-e-judiciario-a-rejeitarem-a-pec-38-2025/>

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/relator-da-reforma-administrativa-a-pec-do-desmonte-deve-ocorrer-ainda-em-2026-diz-relator/>

REFORMA ADMINISTRATIVA – Principais riscos para o Estado e os direitos sociais

- Desmonte dos serviços públicos de saúde, educação, previdência, assistência social e segurança.
- Ampliação da privatização, terceirização e precarização dos serviços públicos.
- Enfraquecimento da estabilidade dos servidores públicos.
- Ampliação das possibilidades de demissão por "insuficiência de desempenho".
- Fragilização dos concursos públicos e ampliação das contratações pela CLT.
- Limitação de gastos com pessoal e enfraquecimento da capacidade do Estado.
- Centralização de competências na União, com prejuízo ao pacto federativo.
- Influência de organismos internacionais, como BID e Banco Mundial, na formulação da proposta.

PEC 38/2025 “Reforma Administrativa” folheto contra chamada “Reforma Administrativa” é distribuída em diversos espaços



Parceiro da ACD vai às ruas
e distribui folheto
**'Reforma Administrativa
ou Desmonte?'**



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Atividade nas avenidas do
entorno da Estação Guarã
do metrô do Distrito
Federal, por onde circulam
milhares de pessoas..

PORTARIA DO MGI nº 4.683/2026 ANTECIPA PONTOS RELEVANTES DA PEC 38/2025

Portaria do MGI antecipa
a “chamada” Reforma
Administrativa e ameaça
o serviço público



- Centraliza no MGI a gestão e a alocação das carreiras transversais, reduzindo a autonomia dos órgãos públicos;
- Transforma servidores públicos em força de trabalho móvel;
- Enfraquece as carreiras específicas e os quadros permanentes;
- Facilita o esvaziamento institucional;
- Abre espaço para terceirizações, contratações temporárias e outras formas de flexibilização da força de trabalho;
- Fragiliza o vínculo entre servidor, órgão, equipe e política pública.

PRS 8/2025 aprofunda o Arcabouço Fiscal com gatilho automático, mas livra Bolsa-Banqueiro

BOLSA-BANQUEIRO NÃO!

Pressione com 1 clique

<https://auditoriacidada.org.br/bolsa-banqueiro-nao-2/>

... vedações a reajustes, criação de cargo, emprego ou função, planos de carreira, admissão ou contratação de pessoal, realização de concurso público, revisão de auxílios ou benefícios de qualquer natureza.

1 CLIQUE

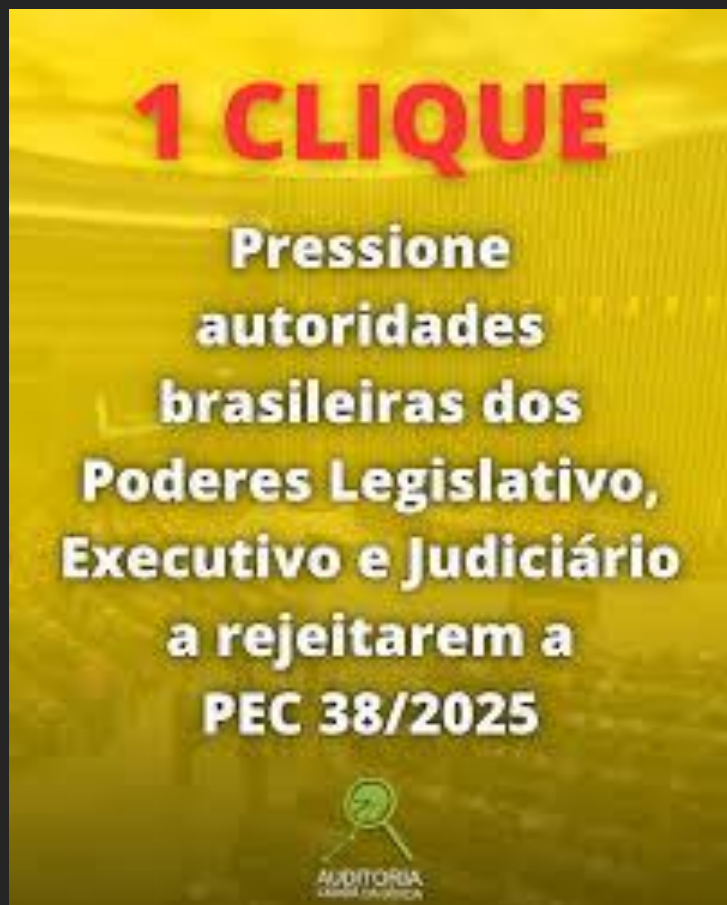
Envie ALERTA aos parlamentares

Projeto que limita a Dívida Pública (PRS 8/2025) protege a "Bolsa-Banqueiro" e aprofunda o Arcabouço Fiscal

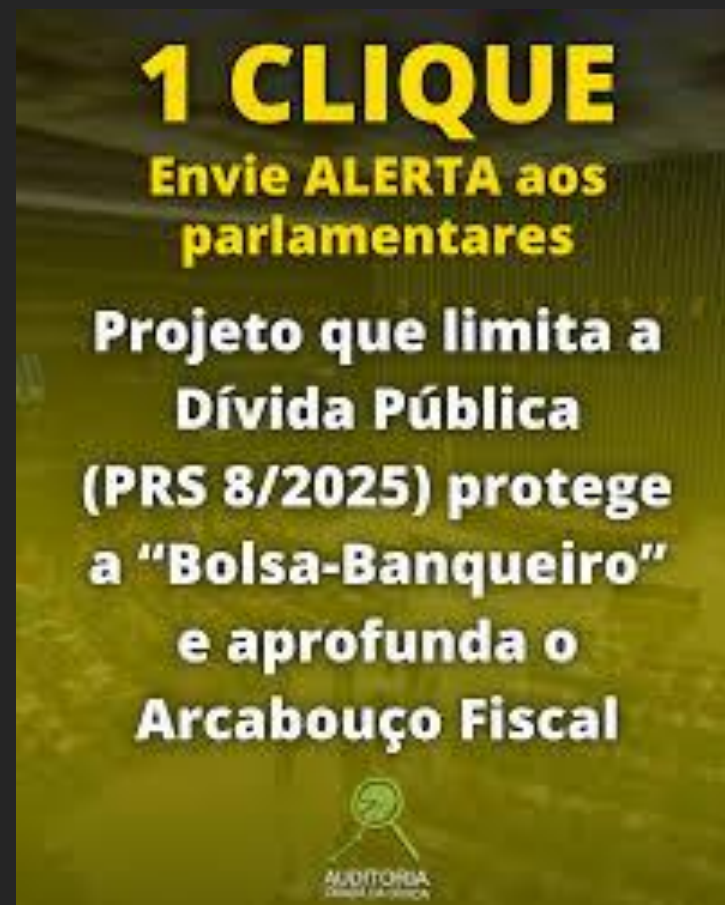


<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/com-1-clique-envie-alerta-aos-parlamentares-projeto-que-limita-a-divida-publica-prs-8-2025- protege-a-bolsa-banqueiro-e-aprofunda-o-arcabouco-fiscal/>

Com 1 clique pressione autoridades brasileiras dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário a rejeitarem a PEC 38/2025 e o PRS 8/2025



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/com-1-clique-pressione-autoridades-brasileiras-dos-poderes-legislativo-executivo-e-judiciario-a-rejeitarem-a-pec-38-2025/>



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/com-1-clique-envie-alerta-aos-parlamentares-projeto-que-limita-a-divida-publica-prs-8-2025-protege-a-bolsa-banqueiro-e-aprofunda-o-arcabouco-fiscal/>

**3 - PEC 65/2023 e a transformação do
Banco Central em instituição
completamente desvinculada dos poderes
institucionais, com possibilidade inclusive
de adquirir papéis podres de bancos sem
limite ou controle algum**

PEC 65/2023

O MAIOR RISCO JÁ APRESENTADO PARA O BANCO CENTRAL

A PEC 65/2023 reinaugura a possibilidade de o Banco Central arrematar papel podre de bancos de forma sorrateira.

Inclui, ao artigo 164 da Constituição Federal, um §8º que diz:

*"o Banco Central poderá utilizar seus instrumentos de intervenção para manter níveis adequados de liquidez e a funcionalidade dos mercados, **inclusive mediante negócios jurídicos com entidades e fundos que atuem no mercado secundário de títulos de emissão do Tesouro Nacional, observados os parâmetros estabelecidos em lei.**"*

Em 2020 em plena pandemia o mesmo golpe foi tentado na PEC 10/2020



Aprovada em plena pandemia, a medida não resultou na compra de papéis podres graças à intensa mobilização da ACD e da sociedade (lives, campanhas nas redes sociais, interpelações extrajudiciais, cartas aos ministros do STF e ADI 6417), conforme resposta do BC a pedido de informação apresentado pela ACD em 2025. Como a autorização era restrita ao período da pandemia, o ministro Dias Toffoli arquivou a ADI 6417 sem julgamento do mérito.

<https://www.sindjus.com.br/auditoria-cidada-da-divida-denuncia-que-pec-10-podera-desviar-um-trilhao-de-verbas-publicas-em-favor-dos-bancos/10994/>

PEC 65 TRANSFORMA O BANCO CENTRAL EM INSTITUIÇÃO COMPLETAMENTE DESVINCULADA DOS CONTROLES INSTITUCIONAIS

- BC poderá adquirir papéis podres de bancos em “negócios jurídicos”, gerando prejuízos sem limites;
- Transferência de riscos privados bilionários para o povo, por meio da dívida pública;
- BC ficará imune, desvinculado de todos os poderes instituídos, e não terá que prestar contas ou se submeter a nenhum dos poderes, ou seja, ficará acima de tudo e de todos!
- Nenhum outro país no mundo possui legislação similar;
- Proposta originada de interesses financeiros privados internacionais, a mando do BIS e do FMI.

É urgente impedir sua aprovação.

Até mesmo economistas ligados ao mercado financeiro reconhecem os danos da PEC 65



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Economista do mercado financeiro reconhece riscos da PEC 65, em coluna no Valor



Até o “mercado” discorda da falta de fiscalização sobre o Banco Central, prevista na PEC 65/2023



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

RISCOS DA PEC 65/2023 PARA O CORPO TÉCNICO DO BANCO CENTRAL

- Fragiliza a autonomia técnica e o regime estatutário;
- Concentra poderes na Diretoria Colegiada;
- Amplia a possibilidade de pressões políticas e econômicas sobre o corpo técnico;
- Enfraquece a governança interna e os mecanismos de controle;
- Reduz a transparência e os freios e contrapesos institucionais;
- Foi rejeitada pela maioria dos servidores consultados pelo Sinal.

ACD preparou folheto contra a PEC 65/2023 e fez a distribuição no Congresso Nacional

PEC 65/2023

autoriza compra de papel podre de bancos privados pelo Banco Central.
E QUEM PAGARÁ A CONTA É O POVO!

Se o Banco Central comprar papéis podres de bancos (a exemplo dos emitidos pelo Banco Master), ele vai apurar prejuízos bilionários, que serão transferidos para o Tesouro Nacional, ou seja, PARA O POVO PAGAR de várias formas, por exemplo:

- por meio do aumento da dívida pública;
- aprofundamento dos cortes de investimentos sociais, como saúde e educação, e demais restrições do arcabouço fiscal;
- mais contrarreformas que retiram e adiam direitos sociais;
- privatizações do nosso patrimônio público.



Você está sendo roubado para que fraudes de bancos sejam acobertadas.

A PEC 65/2023 pretende transformar o Banco Central em instituição intocável

A absurda proposta de emenda constitucional (PEC) 65/2023 quer alterar a Constituição Federal para tornar o Banco Central INTOCÁVEL, ou seja, nenhum dos poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário ou Ministério Público) poderá questionar suas decisões ou exercer qualquer tipo de controle ou supervisão. O Banco Central ficará entregue, de vez, ao mercado financeiro e a serviço de bancos nacionais e estrangeiros.

O golpe já foi tentado antes

Há anos o Banco Central vem tentando adquirir papéis podres de bancos. Logo que decretada a pandemia da Covid-19 no Brasil, o Banco Central liberou pacote de alguns trilhões de reais em medidas de liquidez, de crédito e outras e, adicionalmente, incluiu na proposta de emenda constitucional (PEC) 10/2020 um dispositivo que permitia a aquisição de ativos privados problemáticos, isto é, papéis podres em poder de bancos, tendo o então presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, declarado que o volume desses ativos somava R\$ 972,9 bilhões! Mas o golpe alcançaria vários trilhões, como potencializado à época. Na ocasião, apesar daquela PEC ter sido aprovada e transformada em Emenda Constitucional 106/2020, o mercado financeiro não conseguiu emplacar o golpe, diante da grande mobilização que revelou o escândalo por meio de várias atividades, inclusive o ajuntamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6917).

Ativos privados que BC pode comprar caso PEC seja aprovada somam R\$ 972,9 bilhões

Por: [illegible]

10/10/2020 - 12:21

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]



[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

A PEC 65 restaura o GOLPE DE TRILHÕES

De forma sorrateira e sob a desculpa de "manter níveis adequados de liquidez e a funcionalidade dos mercados", a PEC 65 autoriza o Banco Central fazer "negócios jurídicos" com entidades e fundos que atuam no mercado financeiro.

Ao não especificar que negócios jurídicos seriam esses, a PEC 65 dá um verdadeiro cheque em branco para o Banco Central, podendo gerar um GOLPE DE TRILHÕES PARA O POVO PAGAR, tendo em vista que os seus prejuízos são transferidos para o Tesouro Nacional e pagos pelo Sistema da Dívida.

A PEC 65/2023 transforma o Banco Central em balcão de papéis podres de bancos

A PEC 65/2023 transforma o Banco Central em "entidade pública de natureza especial", desvinculada de qualquer órgão da Administração Pública, acima de qualquer controle institucional efetivo, ou seja, não terá que dar satisfações e não poderá ser alvo de punição ou controle por qualquer poder constituído, ainda que adquira as dezenas de trilhões de papéis podres de bancos existentes em suas respectivas carteiras há anos!

A PEC 65 pretende transformar o Banco Central em entidade desvinculada de todos os poderes, completamente autônoma e livre para atuar como bem entender, sem controle ou fiscalização por parte de qualquer órgão, e sem ter que dar satisfações acerca dos prejuízos bilionários que gera e transfere para o Tesouro Nacional. A ausência de controle e regimento é tamanha, a ponto de o próprio Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) vir a público alertar para o risco de aprofundamento das crises: "A autonomia do BC deve ser institucional, não um cheque em branco para ocupantes temporários."

A PEC 65 foi ditada por interesses do mercado financeiro, conforme textualmente citado em relatório apresentado à Comissão de Constituição e Justiça do Senado: a proposta está "em linha com os Códigos de Transparência do FMI e com as diretrizes de governança do Banco de Compensações Internacionais (BCI)", organismos que têm historicamente interferido em nossa soberania financeira e na geração de dívida pública sem qualquer contrapartida, tornando o rico Brasil um dos países mais injustos do mundo!

A independência já concedida ao Banco Central por meio da lei complementar 179/2021 tem que ser revogada e não aprofundada

O Banco Central já possui exacerbada autonomia em relação aos poderes constituídos, concedida pela Lei Complementar 179/2021, que também foi objeto de questionamento acerca de sua constitucionalidade junto ao STF (ADI 6696).

Essa autonomia tem viabilizado uma atuação cada vez mais perversa à economia produtiva, beneficiando somente a especulação, o aprofundamento da financeirização e o rentismo, com graves consequências econômicas e sociais.

Isso precisa ser revogado, mas a PEC 65 irá aprofundar a liberdade do Banco Central continuando provocando inúmeros danos à economia brasileira de diversas formas, por exemplo:

■ Decisões sem fundamento técnico ou científico têm mantido a taxa básica de juros Selic em patamar exorbitante, amarrando a economia nacional;

■ Sigilosos contratos de swap, uma verdadeira aposta, que garante a variação do dólar para privilegiados do setor financeiro e corporações ligadas ao grande agronegócio de exportação e mineração predatória;

■ Prática de questionáveis mecanismos, como a Bolsa-Banqueiro, mediante a qual remunera diariamente a sobre de caixa dos bancos, pagando-lhes elevados juros sobre dinheiro que sequer pertence a eles, causando uma falsa escassez de moeda no mercado que leva à explosão dos juros e à quebra das indústrias e demais empresas, aumentando o desemprego e travando o nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental, além de aumentar a chamada dívida pública em quase 3 trilhões de reais.

A PEC 65/2023 não corrige nada disso, pelo contrário, deixa o BC à vontade para continuar atuando em favor de interesses do mercado financeiro privado, em detrimento dos interesses nacionais e do povo brasileiro.

DIGA NÃO À PEC 65/2023!
O povo não pode pagar pela especulação e por fraudes de bancos privados.



Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

- SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar - Brasília/DF - CEP: 70070-939
- Edifício Ordem dos Advogados do Brasil
- Telefone: (61) 61.98581-2561 • www.auditoriacidadada.org.br
- E-mail: contato@auditoriacidadada.org.br

Estamos também nas Redes Sociais:



Acesse aqui outros materiais e a versão em PDF desse folheto com links clicáveis



JUNHO / 2026

ACD preparou folheto contra a PEC 65/2023 e fez a distribuição no Senado Federal com o apoio de entidades e do Núcleo DF da ACD



ACD preparou folheto contra a PEC 65/2023 e fez a distribuição no Senado Federal com o apoio de entidades e do Núcleo DF da ACD



ACD vai ao Congresso para divulgação do **novo folheto contra a PEC 65**

"PEC 65/2023 autoriza compra de papel podre pelo Banco Central. E quem pagará a conta é o povo"



PEC 65

**Novo folheto e mobilização:
ACD é recebida de portas
abertas, em campanha
contra a PEC 65**



Faça também a sua parte e envie com um clique o novo folheto sobre a PEC 65 aos senadores e senadoras

PEC 65/2023

autoriza compra de papel podre de bancos privados pelo Banco Central.
E QUEM PAGARÁ A CONTA É O POVO!

Se o Banco Central comprar papéis podres de bancos (a exemplo dos emitidos pelo Banco Master), ele vai apurar prejuízos bilionários, que serão transferidos para o Tesouro Nacional, ou seja, PARA O POVO PAGAR de várias formas, por exemplo:

- por meio do aumento da dívida pública;
- aprofundamento dos cortes de investimentos sociais, como saúde e educação, e demais restrições do arcabouço fiscal;
- mais contrarreformas que retirem e adiam direitos sociais;
- privatizações do nosso patrimônio público.



Você está sendo roubado para que fraudes de bancos sejam acobertadas.

A PEC 65/2023 pretende transformar o Banco Central em instituição intocável

A absurda proposta de emenda constitucional (PEC) 65/2023 quer alterar a Constituição Federal para tornar o Banco Central **INTOCÁVEL**, ou seja, nenhum dos poderes (Executivo, Legislativo ou Ministério Público) poderá questionar suas decisões ou exercer qualquer tipo de controle ou supervisão. O Banco Central ficará entregue, de vez, ao mercado financeiro e a serviço de bancos nacionais e estrangeiros.

O golpe já foi tentado antes

Há anos o Banco Central vem tentando adquirir papéis podres de bancos. Logo que decretada a pandemia da Covid-19 no Brasil, o Banco Central liberou **jacote** de alguns trilhões de reais em medidas de liquidez, de crédito e outras e, adicionalmente, incluiu na proposta de emenda constitucional (PEC) 10/2020 um dispositivo que permitia a aquisição de ativos privados problemáticos, isto é, papéis podres em poder de bancos, tendo o então presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, **declarado** que o volume desses ativos somava R\$ 972,9 bilhões! Mas o golpe alcançaria vários trilhões, como **noticiado à época**. Na ocasião, apesar daquela PEC ter sido aprovada e transformada em Emenda Constitucional 106/2020, o mercado financeiro não conseguiu emplacar o golpe, diante da grande mobilização que revelou o escândalo por meio de várias atividades, inclusive o ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6417).

Reportagem

Ativos privados que BC pode comprar caso PEC seja aprovada somam R\$ 972,9 bilhões

Publicado em 10/05/2020



O Banco Central tenta um caminho de ativos privados de R\$ 972,9 bilhões de reais para a

Constituição aprova Projeto de Lei do Senado (PLS) de aumento de guerra,

COM 1 CLIQUE

Envie mensagem a senadores e senadoras para que se posicionem contrariamente à PEC 65/2023.

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/com-1-clique-envie-mensagem-a-senadores-e-senadoras-para-que-se-posicionem-contrariamente-a-pec-65-2023/>

**4 - FRENTE PARLAMENTAR PELO LIMITE
DOS JUROS E AUDITORIA DA DÍVIDA
COM PARTICIPAÇÃO POPULAR E
CAMPANHA PELO LIMITE DE JUROS (PLP
104/2022)**

FRENTE PARLAMENTAR PELO LIMITE DOS JUROS E AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR E CAMPANHA PELO LIMITE DE JUROS (PLP 104/2022)

- Luta vem ganhando cada vez mais visibilidade

 **AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA**

Jornalista de grande popularidade questiona o privilégio dos juros e divulga o gráfico da ACD



É QUE

Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R\$ 5,05



DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
JUROS E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA	42,24%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	12,24%
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	10,24%
OUTROS	35,28%

<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/jornalista-de-grande-popularidade-questiona-o-privilegio-dos-juros-e-divulga-o-grafico-da-acd/>

Jornal 'A Verdade' denuncia sistema da dívida e impactos nas áreas sociais



Pagamento de juros da Dívida tira dinheiro da Saúde e da Educação

UP lança candidaturas à Presidência do Brasil e a diversos governos estaduais

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/jornal-a-verdade-denuncia-sistema-da-divida-e-impactos-nas-areas-sociais/>

RENOMADO CIENTISTA BRASILEIRO CITA A ACD E COBRA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA

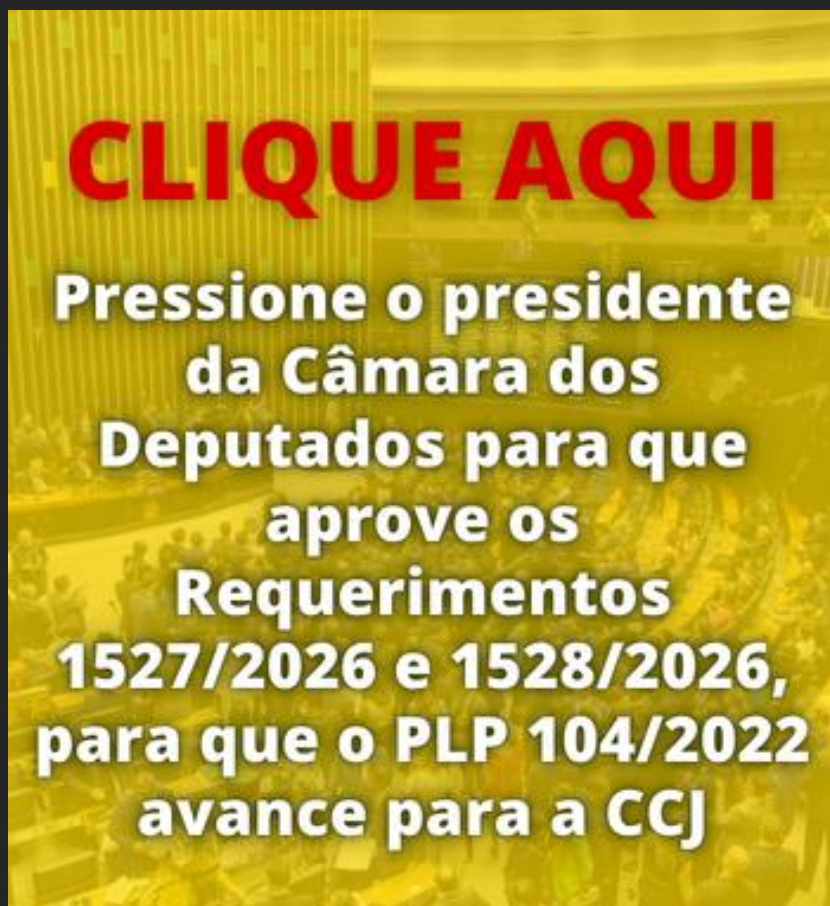
Renomado cientista brasileiro cita a ACD e cobra auditoria da Dívida Pública



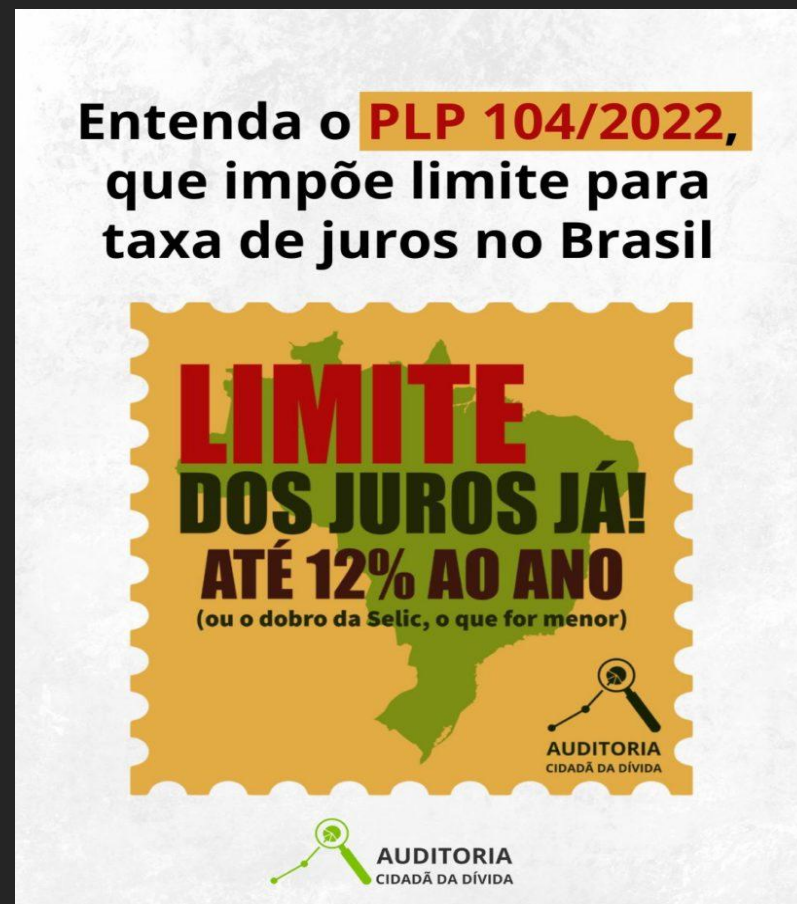
AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

- O Dr. Miguel Nicolelis destacou a importância da realização de uma auditoria da Dívida Pública para compreender como os recursos do país são utilizados e mencionou conhecer o trabalho da ACD.

FRENTE PARLAMENTAR PELO LIMITE DOS JUROS E AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR E CAMPANHA PELO LIMITE DE JUROS (PLP 104/2022)



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/com-1-clique-pressione-o-presidente-da-camara-dos-deputados-para-que-aprove-os-requerimentos-e-o-plp-104-2022-avance-para-a-ccj/>



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/entenda-o-plp-104-2022-que-impoe-limite-para-taxa-de-juros-no-brasil/>

**5 - CURSO "O SISTEMA DA DÍVIDA NO
BRASIL E A NECESSIDADE DE
AUDITORIA INTEGRAL"**

CONHECIMENTO PARA FORTALECER A MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Para onde vai o dinheiro público?

A ACD explica no seu novo curso



NOVO CURSO DA ACD

O SISTEMA DA DÍVIDA E A NECESSIDADE DE AUDITORIA

Com base na Cartilha da ACD o curso oferece uma imersão sobre os mecanismos que alimentam o endividamento público sem retorno social, seus impactos econômicos e sociais e as ferramentas de mobilização e auditoria como caminhos para transformação.



Auditoria da Dívida Pública:
Fundamental para garantir transparência, controle e aplicação das regras e limites a longo prazo no gerenciamento da dívida pública.

LIMITE DA DÍVIDA
COM FICHA DA DÍVIDA

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Período de inscrições:
27/08 a 02/10/2026

Período de duração:
05/10 a 07/02/2027



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidada.org.br/cursos/>

- 8ª Turma: inscrições abertas;
- Sistema da Dívida: compreensão dos impactos dos juros e amortizações sobre os serviços públicos e o desenvolvimento do país;
- Formação: curso aborda quem paga essa conta, como funciona essa engrenagem e a importância da auditoria;
- EAD: 4 módulos, videoaulas, textos de apoio e fóruns de discussão com professores da ACD.

CONFIRA OS DEPOIMENTOS DE EX-ALUNOS SOBRE A IMPORTÂNCIA DO CURSO PARA A ATUAÇÃO SINDICAL E SOCIAL



"Eu aprendi mais no curso da ACD do que em cinco anos de graduação em Direito me ensinaram sobre Direito Financeiro e sobre todo esse absurdo que é o Sistema da Dívida. Educação libertadora, como dizia Paulo Freire, é outra coisa."

Júnio Lucas de Oliveira
Advogado e apoiador da ACD

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/advogado-revela-aprendizado-rapido-e-impactante-em-curso-ead-sobre-sistema-da-divida-da-acd-mais-do-que-em-5-anos-de-faculdade/>

CONFIRA OS DEPOIMENTOS DE EX-ALUNOS SOBRE A IMPORTÂNCIA DO CURSO PARA A ATUAÇÃO SINDICAL E SOCIAL



“Se você faz parte de alguma luta, como a defesa da saúde, da educação de qualidade, dentre outras, e não entende por que sempre faltam recursos para essas áreas, e quer conhecer um dos principais motivos pelos quais o Brasil não utiliza todo o seu potencial para se tornar um país desenvolvido, com mais empregos de qualidade e menos desigualdade social, recomendo fortemente que faça o curso...”

<https://auditoriacidada.org.br/cursos/>

CURSO "O SISTEMA DA DÍVIDA NO BRASIL E A NECESSIDADE DE AUDITORIA INTEGRAL"

- Inscrições abertas até 02 de outubro de 2026.
- Solicitamos às entidades:
 - divulgar o curso junto às suas bases;
 - incentivar dirigentes, colaboradores(as) e filiados(as);
 - avaliar apoio financeiro para novas inscrições.
- Confira os depoimentos de ex-alunos sobre a importância do curso para a atuação sindical e social
<https://auditoriacidada.org.br/cursos/>
- 16 aulas, uma aula por semana (cerca de 35 minutos), TCC será a produção de um artigo.
- Duração de quatro meses.
- Apresentação <https://auditoriacidada.org.br/cursos/> do curso e informações disponíveis em

6 - ELEIÇÕES 2026

ELEIÇÕES 2026

- ACD criou em sua página campo onde as cartas respondidas por candidatos podem ser consultadas:

The screenshot displays the website of the Auditoria Cidadã da Dívida (ACD). At the top left is the logo, which consists of a magnifying glass over a line graph, with the text "AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA" next to it. To the right of the logo are social media icons for WhatsApp, Facebook, YouTube, Instagram, X (Twitter), and TikTok. Below these icons is a search bar labeled "Buscar..." and a "MENU" button with a hamburger icon.

The main content area features several banners and articles:

- CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS**: A green banner with a logo of two hands holding a heart and the text "CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS".
- CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL**: A banner with a background of Brazilian currency notes and the text "LIMITE DOS JUROS JÁ! ATÉ 12% AO ANO" and "CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL".
- CAMPANHA É HORA DE VIRAR O JOGO**: A banner with a background of a green and white checkered board and the text "CAMPANHA É HORA DE VIRAR O JOGO". A large red arrow points from this banner to the right.
- Carta-Aberta Eleições 2026 dirigida a todos os Partidos Políticos**: A banner with a background of a keyboard and the text "Carta-Aberta Eleições 2026 dirigida a todos os Partidos Políticos".
- O Custo dos Juros da Dívida no Orçamento da União**: A banner with a background of a document and the text "O Custo dos Juros da Dívida no Orçamento da União".
- Carta-Aberta Eleições 2026: Pautas da ACD são destaque em 'sabatina com'**: A banner with a background of a newspaper clipping and the text "Carta-Aberta Eleições 2026: Pautas da ACD são destaque em 'sabatina com'".

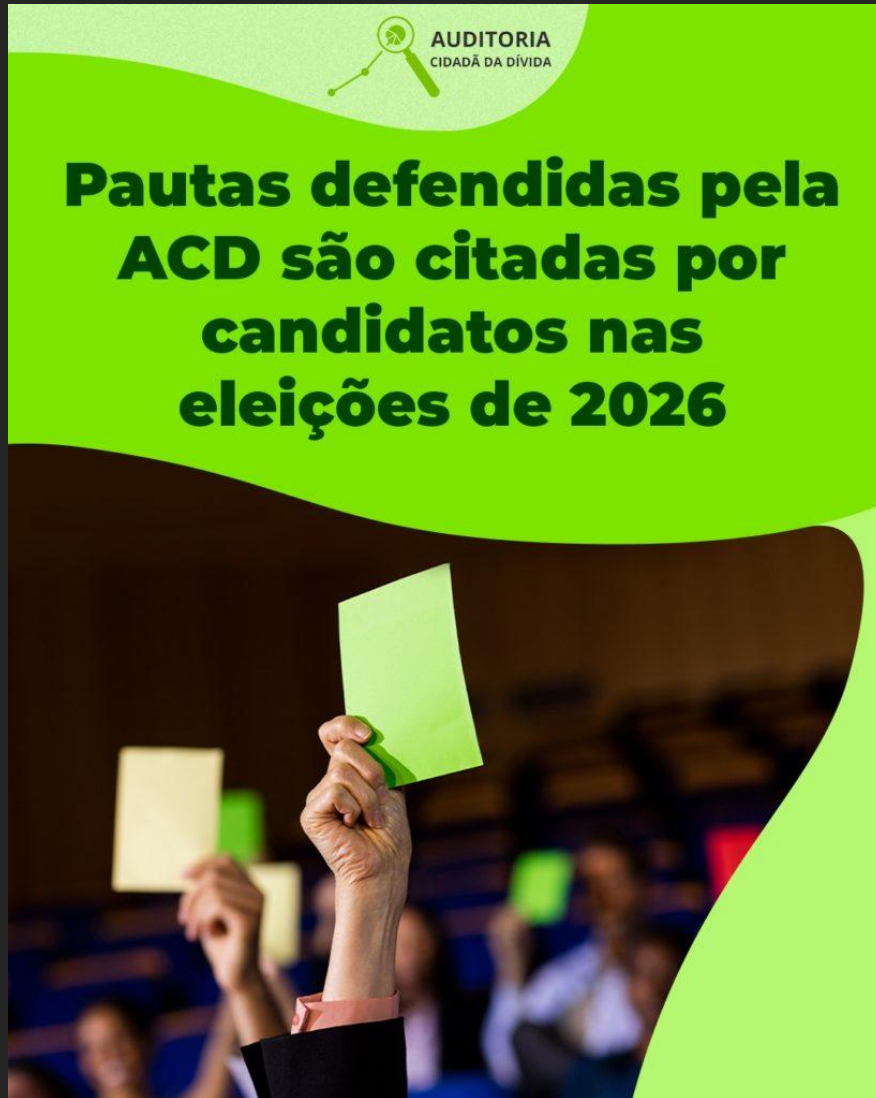
ELEIÇÕES 2026

- A Carta-Aberta Eleições 2026 pode ser enviada por qualquer pessoa.
- Com apenas um clique é possível encaminhá-la aos partidos políticos e candidatos(as).

O objetivo é ampliar o debate público sobre:

- Sistema da Dívida;
- Limite dos juros;
- Auditoria da dívida pública;
- Defesa dos direitos sociais.

Pautas da ACD têm cada vez mais espaço na mídia



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/pautas-defendidas-pela-acd-sao-citadas-por-candidatos-nas-eleicoes-de-2026/>



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/carta-aberta-eleicoes-2026-pautas-da-acd-sao-destaque-em-sabatina-com-presidenciavel/>

ELEIÇÕES 2026



**Envie a Carta-Aberta
Eleições 2026 aos Partidos
Políticos com um clique**



A ACD já fez o envio formal a todos os partidos políticos. Pedimos a todas as entidades para divulgar e enviar também.

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/envie-a-carta-aberta-eleicoes-2026-aos-partidos-politicos/>

7 - CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA

A Previdência Pública está em Risco

Ex-presidente do BC articula nova Reforma da Previdência

Proposta que circula nos bastidores dos poderes iguala idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

- Nova contrarreforma: proposta liderada por Armínio Fraga prevê elevar para 67 anos a idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres, com aumento automático conforme a expectativa de vida;
- Capitalização e redução de direitos: mudança no cálculo das aposentadorias, redução do BPC, fim da isenção para trabalhadores rurais e capitalização também para benefícios por licença-saúde;
- Falsa justificativa fiscal: promessa de redução do gasto público seria pequena — 3% até 2070 e 7% até 2100 — às custas de mais sacrifícios aos

ACD vem denunciando o discurso de insustentabilidade da Previdência e aponta que o chamado déficit é “fabricado”



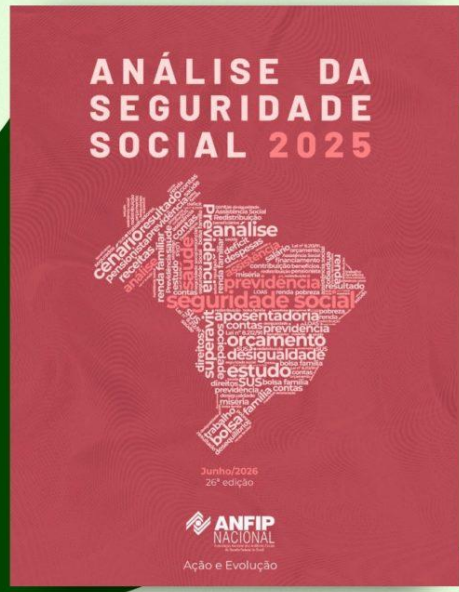
A Previdência Social é superavitária e o rombo está no Sistema da Dívida

O novo artigo de Fattorelli ao Extra Classe

 AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/a-previdencia-social-e-superavitaria-e-o-rombo-esta-no-sistema-da-divida/>

Estudo da ANFIP revela que a Previdência seria superavitária, sem as isenções fiscais



ANÁLISE DA SEGURIDADE SOCIAL 2025

Junho/2024
26ª edição

 ANFIP
NACIONAL

Ação e Evolução

 AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/estudo-da-anfip-revela-que-a-previdencia-social-e-superavitaria-e-que-o-deficit-esta-em-beneficios-concedidos-por-meio-de-desoneracoes/>

“O déficit da Previdência Pública é uma falácia disseminada pelo mercado financeiro”, diz Maria Lucia Fattorelli em Live



A Previdência Pública está em risco?

Saiba a verdade, com
Maria Lucia Fattorelli, ao vivo, no
programa *Trabalhadores do Brasil*



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

- Seguridade Social: ANFIP aponta saldo positivo de R\$ 42,5 bilhões em 2025, contrariando o discurso de déficit;
- Renúncias fiscais: somaram R\$ 288,1 bilhões em 2025, importante fonte de recursos a ser recuperada;
- ACD defende: redução dos juros da Dívida Pública e auditoria integral para evitar novas retiradas de direitos.

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/a-previdencia-publica-esta-em-risco-saiba-a-verdade-com-maria-lucia-fatorelli-ao-vivo-no-programa-trabalhadores-do-brasil/>

Precisamos estar atentos aos discursos favoráveis a uma nova contrarreforma da Previdência e atuar desde já para desconstruí-los

 Artigo

Aposentadoria somente aos 78 anos: mais um ataque do Banco Mundial contra o povo brasileiro

ARTIGO: Aposentadoria somente aos 78 anos: o ataque do Banco Mundial contra o povo brasileiro



Por: Marcos Trombeta

Apesar da recente reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103/2019), que gerou consequências graves a todo o povo brasileiro, o Banco Mundial não está satisfeito e propõe a continuidade do processo de desmonte do sistema previdenciário por meio de novas reformas, ainda mais radicais. A finalidade do BIRD é aumentar a idade mínima para aposentadoria, que hoje é de 65 anos para homens e 62 para mulheres. Pela proposta de técnicos do Banco Mundial no artigo "O Sistema Previdenciário Brasileiro sob a ótica da equidade" ([leia aqui](#)), a nova idade mínima seria de 72 anos até 2040 e 78 até 2060, para homens e mulheres.

O texto também propõe ataques às atuais regras previdenciárias para mulheres, professores e trabalhadores rurais, que deixariam de contar com regras diferenciadas para aposentadoria. Se a vontade do Banco Mundial for formalizada nestes critérios, grande parte dos brasileiros estará condenada a não se aposentar e, consequentemente, mais exposta a enfrentar condições de miserabilidade durante a velhice.



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

- Precisamos definir e intensificar ações de mobilização e comunicação;
- Precisamos planejar ações conjuntas!
- Produzir e divulgar materiais — folhetos, lives, vídeos, entre outros — e cobrar dos(as) candidatos(as) compromisso público com a não realização de uma nova contrarreforma da Previdência.

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/aposentadoria-somente-aos-78-anos-mais-um-ataque-do-banco-mundial-contr-o-povo-brasileiro/>

**8 - LUTA PELA EXTINÇÃO DO CONFISCO
PREVIDENCIÁRIO SOBRE OS PROVENTOS
DOS SERVIDORES PÚBLICOS
APOSENTADOS E PENSIONISTAS**

ACD produziu Nota Técnica nº 2/2026, sobre o “Novo Confisco Previdenciário”



- Nota Técnica nº 2/2026: ACD alerta para o risco de aumento da contribuição de aposentados e pensionistas, agravado pela EC 103/2019;
- Impacto: medida pode atingir mais de 637 mil beneficiários federais e retirar até R\$ 9 bilhões anuais da economia;
- Mobilização: ACD defende a aprovação integral da PEC 6/2024 e o fim gradual da contribuição previdenciária sobre aposentados e pensionistas.

Trabalho da ACD é destaque no Encontro Nacional contra o confisco previdenciário incidente sobre servidores



- Privilégio do Sistema da Dívida: os R\$ 6,7 bilhões arrecadados em 2025 com a contribuição de aposentados e pensionistas são 318 vezes menores que os gastos com juros e amortizações da dívida pública;
- Mobilização pelo fim do confisco: ACD defende o fim da contribuição e intensificação da pressão pela inclusão da pauta no Plenário da Câmara, com caminhada até o Palácio do Planalto após o encontro.

9 - NÚCLEOS DA ACD NOS ESTADOS

INFORMES SOBRE AS DIVERSAS ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DA ACD

- Informes gerais e propostas surgidas na reunião de Núcleos realizada do dia 1º de setembro de 2026.
- Participação no Grito dos Excluídos 2026;
- Atualização sobre o pedido de informações ao GDF sobre Securitização BRB;
- Divulgação e informações sobre os Relatórios das dívidas dos estados de SP, MG e RJ, que foram encaminhados aos candidatos a governos estaduais.

ACD entrega Relatórios Preliminares sobre as dívidas internas de MG e SP refinanciadas pela União aos candidatos(as) aos governos estaduais.

Eleições 2026

ACD prepara Relatórios sobre dívidas de MG e SP e cobra posicionamento de candidatos



- Os relatórios entregues na semana passada são relativos aos estados de Minas Gerais e São Paulo, e que foram encaminhados na sexta (11) aos respectivos candidatos aos governos estaduais.
- Existe a expectativa de finalizar e realizar entrega também dos relatórios da dívida do RJ e do RS.

10 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Doações podem ser feitas via

PIX 12537204000145

ou

<https://auditoriacidada.org.br/doacao/>

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



/Spotify.



Google Podcasts



/AUDITORIACIDADA

É HORADEVIRAR O JOGO